

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS DA REGIÃO
HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ,
realizada no dia 25 de novembro de dois mil e vinte e quatro às 10h com quórum de
primeira chamada, em regime remoto, com membros participando por meio de
videoconferência (gravação disponível), com os seguintes pontos de pauta: **1)**
Aprovação da pauta; 2) Aprovação Ata da Reunião de Posse 30/09, Registro da
Roda de Conversa 04 de outubro, Reunião Extraordinária 11/10 e Reunião
Ordinária 04/11. 3) Aprovação da participação de novas entidades no CBH-BG;
4) Recomposição das CTs e GTs e representações do CBH-BG; 5) Aprovação
da Minuta de Resolução para contratação de coffee break; 6) Aprovação da
Resolução de Revisão do Indicador 3 do Contrato de Gestão; 7) Aprovação da
Resolução da PAAD 2025; 8) Definição do Calendário 2025; 9) Informes Gerais.

A reunião foi iniciada pela Diretora-Presidente do CBH-BG, Sra. Rejany Ferreira dos Santos às 10h33, após um atraso devido a problemas técnicos, seguiu com o ponto de pauta **1) Aprovação da pauta.** A Sra. Flávia Lanari Coelho, representante da Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá - APALMA, solicitou a inclusão de um item na pauta referente a uma demanda do subcomitê Maricá. Ela pediu que fosse enviado para a CTIL a Resolução nº 92, destacando que o artigo 2º desta resolução restringe a participação das entidades membros do CHB-BG a apenas duas Câmaras Técnicas (CTs). A Sra. Flávia argumentou que, na época em que a resolução foi elaborada, existiam apenas duas Câmaras Técnicas, mas que a situação havia mudado com a ampliação das Câmaras. A Sra. Valéria Lima Marques de Sousa, do Conselho Regional de Biologia 2ª Região - CRBio, explicou que, ao iniciar o processo do fórum eleitoral, o subcomitê Maricá se deparou com a necessidade de permitir que novas entidades se inscrevessem, uma vez que havia interesse, mas a burocracia para a inscrição e indicação de representantes do setor público dificultava a participação. Ela explicou que o adiamento da indicação dos nomes para as CTs e GTs foi necessário para garantir que todos os subcomitês tivessem tempo de se organizar e indicar tanto as entidades quanto as pessoas físicas que representariam as jurídicas. Ela também enfatizou que, devido à restrição da resolução, havia o risco de o subcomitê não conseguir indicar nomes para as CTs, caso a resolução não fosse revisada. A Sra. Adriana de Lima Bocaiuva, da Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade - AMHC, discordou da inclusão desse item na pauta, argumentando que, já sendo mais de 11h30, a reunião não teria tempo suficiente para cobrir todos os pontos previstos. Ela afirmou entender a proposição e conhecer o caso, mas considerou desnecessário incluir esse tema na pauta da reunião atual, visto que não era urgente. O Sr. João Alberto Antunes Ribeiro, representante da Secretaria de Meio Ambiente de Cachoeira de Macacu - SEMA, solicitou uma inversão na ordem da pauta, propondo que os itens 7 e 8 fossem lidos antes dos demais, temendo que, com o avançar da hora, não houvesse tempo para



41 votar esses itens. A inversão foi aprovada por unanimidade, com o item 7 (Aprovação
42 da Resolução da PAAD 2025) trocando de lugar com o item 3 (Aprovação da
43 participação de novas entidades no CBH-BG), e o item 8 (Definições do Calendário
44 2025) trocando de lugar com o item 4 (Recomposição das CTs, GTs e representações
45 de coffee break). O Sr. Magno Neves Barbosa, do Instituto Brasileiro de Direito
46 Ambiental, questionou os critérios utilizados para a votação, observando que foram
47 adotadas formas diferentes para a aprovação dos itens da pauta. Após a divergência
48 quanto à proposta de inserção de pauta de Sra. Flávia, o Sr. Alexandre Carlos Braga,
49 do Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói - CCRON, sugeriu que o item
50 fosse incluído, mas posicionado ao final da pauta, garantindo que a discussão fosse
51 feita em uma reunião futura caso não houvesse tempo suficiente na presente reunião.
52 Ele enfatizou que era importante que a plenária apoiasse as solicitações dos
53 subcomitês. A proposta foi aprovada sem objeções, sendo incluída ao final da pauta.
54 A Sra. Rejany sugeriu que no item de recomposição das CTs, GTs e representações
55 do CBH-BG, a parte referente às representações fosse adiada para a próxima reunião,
56 pois houve a entrada de muitos novos membros e as pessoas ainda não conheciam
57 as vagas disponíveis. Foi solicitado que fosse realizado o envio das representações
58 para informar a todos os membros sobre essas vagas para que, na primeira reunião
59 do ano, pudessem decidir se desejavam se candidatar a essas posições. O Sr. Luiz
60 Constantino, da Secretaria Estadual de Ambiente e Sustentabilidade, também sugeriu
61 que a recomposição das CTs e GTs fosse adiada, uma vez que poderia haver uma
62 reconfiguração nas representações. No entanto, a Sra. Flávia lembrou que, para a
63 reconfiguração, era necessário primeiro formar as Câmaras Técnicas. A Sra. Adriana
64 propôs manter a composição conforme sugerido na reunião, mas com a retenção de
65 duas vagas de titulares em cada subcomitê. A Sra. Flávia discordou dessa proposição,
66 argumentando que não a contemplava adequadamente. A Sra. Mara Cristina Siqueira,
67 da APALMA, apoiou a sugestão do Sr. Luiz Constantino de adiar a pauta e discordou
68 da posição da Sra. Adriana, reiterando que a questão da Resolução nº 92 era urgente.
69 Ela explicou que o artigo 2º da resolução estava desatualizada desde o mandato
70 anterior. Portanto, a revisão da resolução era necessária e urgente. O Sr. Halphy
71 Cunha Rodrigues, da Águas de Niterói S.A., por sua vez, esclareceu que, caso o artigo
72 2º da resolução fosse revogado, as entidades poderiam indicar representantes para
73 mais de duas Câmaras Técnicas. A Sra. Rejany colocou a proposta de Sra. Adriana,
74 de colocar a questão como último item de pauta, em votação, e como todos foram
75 favoráveis, a pauta foi aprovada, que ficou da seguinte forma: **1) Aprovação da pauta;**
76 **2) Aprovação Ata da Reunião de Posse 30/09, Registro da Roda de Conversa 04**
77 **de outubro, Reunião Extraordinária 11/10 e Reunião Ordinária 04/11; 3)**
78 **Aprovação da Resolução da PAAD 2025; 4) Definição do Calendário 2025; 5)**
79 **Aprovação da participação de novas entidades no CBH-BG; 6) Recomposição**
80 **das CTs e GTs e representações do CBH-BG; 7) Aprovação da Minuta de**



81 **Resolução para contratação de coffee break; 8) Aprovação da Resolução de**
82 **Revisão do Indicador 3 do Contrato de Gestão; 9) Revisão da Resolução nº92 –**
83 **art 2º; 10) Informes Gerais.** A reunião continuou sob a condução da Sra. Rejany, que
84 deu início ao item de pauta **2) Aprovação Ata da Reunião de Posse 30/09, Registro**
85 **da Roda de Conversa 04 de outubro, Reunião Extraordinária 11/10 e Reunião**
86 **Ordinária 04/11**, em que foi esclarecido que foram solicitadas correções que já foram
87 realizadas e compartilhadas com todos, assim as atas foram aprovadas e solicitadas
88 sua aprovação. **3) Aprovação da Resolução da PAAD 2025.** A Sra. Rejany então
89 convidou o Sr. Marcos Filgueiras Jorge, da AGEVAP, para apresentar a PAAD 2025.
90 Sr. Marcos explicou que a proposta passou por todos os Subcomitês e que houve um
91 diálogo sobre a sua importância e o seu conteúdo. Ele destacou que, após a reunião
92 com o subcomitê oeste, a minuta da PAAD foi revisada, com algumas correções no
93 texto. “Não há praticamente alteração em relação ao que foi enviado anteriormente,”
94 afirmou. Marcos detalhou alguns pontos, como a inserção do projeto de Vigilância
95 Socioambiental da Baía de Guanabara, a atualização do saldo da deliberação sobre
96 a Modernização das Comportas Garzon e uma correção no orçamento da contratação
97 da empresa de comunicação. Ele também fez ajustes no planejamento do custeio da
98 secretaria executiva da entidade delegatária e do comitê de bacia. Sr. José Paulo
99 Azevedo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, levantou uma dúvida sobre a
100 previsão de gasto com a reforma da comporta General Garzol, que inicialmente estava
101 estimada em 6 milhões, mas que acabou ficando mais barata. Ele questionou o motivo
102 de o saldo ter permanecido ali. Marcos explicou que o mesmo aconteceu com Maricá,
103 onde havia sido deliberado um valor para a contratação do projeto básico executivo
104 de sistema de esgotamento sanitário, mas que esse valor não foi revertido no termo
105 de referência, sendo mantido como saldo para a continuidade da contratação dentro
106 da mesma linha de projeto. Adriana, por sua vez, destacou que, em relação à Lagoa
107 Rodrigo de Freitas, devido à presença de muitos membros novos, ela achava
108 importante que fosse estabelecido um prazo maior para a deliberação sobre esse
109 valor, lembrando que o valor já estava alocado de acordo com a rubrica. Sr. Marcos
110 esclareceu que o caso de Maricá também ficou genérico, apenas obedecendo à
111 rubrica, e que o subcomitê ainda não tem clareza sobre a contratação de obras ou a
112 continuidade de projetos de expansão, mas decidiu manter a alocação na rubrica,
113 ficando para o início do ano a definição mais clara. A descrição da rubrica foi
114 apresentada, indicando a elaboração, revisão e apoio a estudos com base referencial
115 em segurança hídrica. Marcos mencionou que esse enquadramento estava na PAAD
116 do ano anterior e que foi preservado. José Paulo comentou que a descrição da linha
117 de ação estava inadequada. Sra. Rejany colocou o item em votação, e como não
118 houve discordâncias, a PAAD foi aprovada por unanimidade. A reunião prosseguiu
119 com a leitura do item de pauta nº **4) Definição do Calendário 2025.** Sra. Rejany
120 propôs as datas para as reuniões ordinárias, sugerindo os dias 17 de março, 02 de



junho, 18 de agosto e 01 de dezembro, todas caindo nas segundas-feiras. Sra. Flávia questionou se não seria possível escolher outro dia da semana, argumentando que a segunda-feira era um dia ruim devido ao tráfego intenso. Alexandre Anderson, da Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara, informou que, para os pescadores, a segunda-feira é o melhor dia, já que é o único dia da semana em que não pescam. Elielson Teixeira da Silva, da Prefeitura de Tanguá, sugeriu que as reuniões fossem às quintas-feiras. Flávia ressaltou que não poderia comparecer às reuniões devido à distância e ao horário ruim para deslocamento. Sr. Halphy sugeriu que as reuniões fossem à tarde, após o horário de almoço. Sra. Adriana alertou que a reunião à tarde poderia conflitar com o horário de trabalho da equipe da secretaria executiva, que termina às 17h30, lembrando que essa questão já havia sido discutida na gestão passada e decidido que as reuniões seriam pela manhã. Sr. Jorge Antônio da Silva, do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - SENGE-RJ, comentou que estavam gastando muito tempo discutindo sobre o horário e sugeriu que as reuniões poderiam ser realizadas às segundas-feiras à tarde, caso todos os membros se organizassem para contribuir com a agenda e a reunião terminasse pontualmente às 17h. Sr. Marcos acrescentou que a equipe da secretaria executiva poderia estender o expediente até duas horas após o horário normal, caso fosse necessário, de acordo com a disponibilidade. Sr. José Paulo, complementando a fala de Sr. Jorge, sugeriu que fosse determinado um tempo específico para cada item de pauta e que todos os membros se preparassem previamente, discutindo os pontos de pauta antes da reunião. Sra. Rejany colocou em votação as duas opções de horário (quintas-feiras às 13h e segundas-feiras às 13h). O resultado foi de 17 votos para as segundas-feiras e 8 votos para as quintas-feiras, com 8 abstenções. Assim, as reuniões foram definidas para as segundas-feiras às 13h. Em seguida, Sra. Rejany leu o item de pauta nº **5) Aprovação da participação de novas entidades no CBH-BG**. As entidades Movimento Democrático Afrodescendente pela Igualdade e Equidade Racial - MOVIDADE, Faculdades Católicas - PUC e Instituto Floresta Darcy Ribeiro – Amadarcy se apresentaram como novas integrantes para Maricá. Sr. Halphy, por questão de ordem, lembrou que na última reunião foi dada posse a membros com vacância e que eles também manifestaram interesse em assumir vagas no Comitê da Baía de Guanabara. Ele sugeriu que Sr. Elielson lembrasse as prefeituras que tinham interesse em participar. Sr. Halphy também explicou o procedimento, afirmando que a secretaria recebe a documentação, que a comissão eleitoral deve avaliar e, se correta, encaminhar à plenária do subcomitê, que indica a plenária do Comitê. Caso fosse necessário, ele poderia lembrar as entidades interessadas em participar. Sr. Carolina Martins, da AGEVAP, informou as entidades que haviam manifestado interesse: o Instituto de Ação Socioambiental, ambas poderiam entrar como suplentes. Em Maricá, a MOVIDADE seria titular, a PUC a primeira suplente e a AMADARCY a segunda suplente. Flávia reiterou as informações sobre a composição das entidades



em Maricá. Sr. Elielson pediu à secretaria executiva que os municípios do leste ficassem na suplência, para evitar confusão com outra entidade. José Paulo sugeriu que, conforme a resolução, a comissão eleitoral ainda tem a função de aprovar novos candidatos, mas, no caso do poder público no oeste, já não existe um membro da comissão eleitoral, como era o caso de Sr. Humberto, portanto, propôs que o Sr. Márcio Franco, novo coordenador do poder público, fosse encarado como membro da comissão eleitoral para ajudar no processo de preenchimento das vagas. Sr. Halphy, por sua vez, lembrou que o edital eleitoral prevê que, se um membro da comissão eleitoral sair do comitê, o segmento se reúne para indicar um novo representante. Flávia afirmou que tais questões deveriam ser resolvidas dentro do subcomitê. Magno apoiou a ideia de seguir o processo estabelecido, evitando mudanças constantes no procedimento. O Plenário aprovou a participação das novas entidades, sem objeção. A reunião seguiu para o item de pauta nº **6) Recomposição das CTs e GTs e representações do CBH-BG**. A Sra. Rejany esclareceu sobre o pedido de retirada da parte sobre a definição de representação do CBH-BG, explicando que os novos membros não conheciam bem essas representações. A AGEVAP iria enviar um informativo explicando o que são as câmaras técnicas e grupos de trabalho, e, após isso, as pessoas se colocariam à disposição para representação. Valéria mencionou a questão da CTIG e da CTCOST, destacando que o CRBio também se ofereceu para participar como convidado. A Sra. Rejany iniciou a leitura do item **7) Aprovação da Minuta de Resolução para contratação de coffee break**, apresentando a nova resolução para os novos membros do comitê. Após a leitura, a Sra. Adriana sugeriu uma alteração no artigo 5, inciso IV, no qual foi corrigido o termo “sempre que possível” para “obrigatoriamente”, deixando claro que os fornecedores deverão adotar práticas mais sustentáveis, não sendo uma escolha, mas sim uma exigência. A Sra. Valéria propôs que a parte do texto que trata sobre o uso de copos, pratos, talheres e outros utensílios descartáveis de plástico não biodegradável fosse transferida para o inciso V, junto com a vedação do uso de materiais e utensílios de isopor. A Sra. Rejany lembrou que também era necessário retirar a palavra “biodegradável”. A Sra. Vera Chevalier, Ecomarapendi, sugeriu a seguinte redação: “vedar a utilização de materiais e utensílios derivados de petróleo, tais como plásticos”. A Sra. Rejany sugeriu a manutenção do termo “plástico” para evitar equívocos sobre a natureza do material. Após as discussões, a Sra. Flávia sugeriu adicionar a expressão “produzidos na RH-V” no artigo 6. A Sra. Adriana destacou que a compra sustentável não se baseia apenas no menor preço, mas em conformidade com a resolução, e que 70% da compra deve estar alinhado com esses critérios. Após as correções, a resolução foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. A reunião seguiu para o item de pauta nº **8) Aprovação da Resolução de Revisão do Indicador 3 do Contrato de Gestão**. Marcos explicou o cronograma das ações, destacando a prioridade para o saneamento alternativo e o projeto de Maricá, que estava em processo licitatório. José



201 Paulo questionou se essas eram as prioridades e por que não havia ações para o
202 Oeste, como para o Rio Sarapuí. Marcos explicou que não havia um planejamento
203 atual para o Oeste que pudesse ser usado como indicador, e que a priorização se deu
204 para ações que não dependessem de outras instâncias. Flávia perguntou sobre a
205 ausência do plano de resíduos sólidos no cronograma, e Marcos explicou que a
206 AGEVAP ainda estava evoluindo com o edital. Alexandre enfatizou a importância de
207 ações políticas, já que os recursos do comitê são escassos, e sugeriu que o comitê
208 usasse sua força política para resolver problemas como as inundações e a crise
209 hídrica do Rio Macacu. O Sr. José Paulo também questionou a inclusão das chuvas e
210 catástrofes, ao que o Sr. Marcos informou que estas questões estão sendo abordadas
211 no mapeamento de áreas vulneráveis. Sr. Alexandre acredita que, com quase 20 anos
212 de atuação, os membros do comitê têm se mostrado cada vez mais objetivos e
213 atuantes. Ele destaca que, apesar da escassez de recursos financeiros, a força
214 política do comitê e sua capacidade de articulação são fundamentais. Embora não
215 seja possível resolver grandes questões como a escassez de água e as inundações
216 com o orçamento atual, ele acredita que a nova diretoria tem o potencial de promover
217 mudanças através de ações políticas. Ele cita, por exemplo, as dificuldades do rio
218 Macacu, que enfrenta sérios problemas de abastecimento de água, e o trabalho com
219 os pescadores, que precisa de apoio político. Além disso, Sr. Alexandre reforça a
220 importância da interação pessoal dentro do comitê, alertando que aqueles que
221 acompanham online estão perdendo a oportunidade de estreitar laços e reduzir
222 polarizações. Ele defende que as divergências de opinião devem ser tratadas de
223 forma civilizada, como parte da essência do comitê. Outro ponto importante levantado
224 por ele é a relação com o poder público. Ele reconhece a dificuldade de manter uma
225 boa relação devido a críticas, mas acredita ser estratégico envolver mais as unidades
226 de conservação, pois elas são essenciais para garantir a água que abastece a região.
227 Seguindo pelos pontos de pauta: **9) Revisão da Resolução nº92 – art 2º**; A Sra.
228 Rejany introduziu a discussão sobre a revisão da resolução, destacando que a
229 sugestão de atualização foi respaldada pela fala do Sr. Alexandre. A Sra. Flávia,
230 responsável pela defesa da revisão, explicou que a resolução precisaria ser atualizada
231 devido às mudanças no regimento interno, como o aumento do número de câmaras
232 técnicas. A proposta foi de permitir que uma entidade representando um subcomitê
233 possa fazer parte de mais de duas câmaras técnicas, desde que não haja vacância.
234 A Sra. Adriana sugeriu que a proposta fosse encaminhada à CTIL para uma revisão
235 mais ampla da resolução e que a composição das câmaras técnicas fosse ajustada
236 para segurar que cada subcomitê tivesse pelo menos dois representantes em cada
237 câmara. Foi aprovado o envio da resolução nº 92 para que a CTIL analise a
238 possibilidade de uma revisão. O Sr. Halphy apoiou a proposta, recomendando uma
239 revisão completa da resolução à luz do novo regimento, sendo pontuado que nesse
240 primeiro momento devem ser seguradas as duas vagas por titulares por subcomitê



até que o debate sobre a revisão do artigo nº 92 aconteça na próxima reunião. O Sr. Gustavo apresentou também sobre a criação de dois Grupos de Trabalho (GTs): o primeiro para acompanhar o parecer do Inea acerca do despejo de ética dentro das unidades de conservação; o segundo, para acompanhar o programa de restauração vegetal da Prefeitura Municipal de Niterói, em parceria com o BNDES. Este último é um projeto iniciado em 2017, que ainda está em andamento, e não há informações claras sobre o progresso das áreas que estão sendo restauradas. A Sra. Flávia questionou se os GTs não seriam do subcomitê, pois, conforme explicou, os subcomitês têm autonomia para criar seus próprios GTs. Ela afirmou que não seria necessário fazer a solicitação na plenária do CBH-BG, pois o plenário do subcomitê poderia aprovar a criação dos GTs diretamente. Foi esclarecido que não é necessária a aprovação do Plenário do CBH-BG, mas que se deve levar à ciência do Comitê. O Sr. Gustavo informou que já havia comunicado aos novos membros da CTSAM que os GTs para acompanhar o parecer do Inea sobre o despejo de ética nas unidades de conservação, bem como o GT de infraestrutura verde, seriam encaminhados a eles. O Sr. José Paulo concordou integralmente com a observação da Sra. Flávia sobre a questão dos GTs. Por fim, a Sra. Rejany encerrou a reunião desejando a todos e todas um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. Sendo assim, às 13h42 foi encerrada a reunião plenária ordinária do CBH-BG.

Encaminhamentos:

- 01)** Publicar atas aprovadas
- 02)** As reuniões ordinárias Plenárias serão realizadas às 13h, nas seguintes datas: 17/03, 02/06, 18/08 e 01/12.
- 03)** Enviar para os membros apresentação sobre as representações do CBH-BG.
- 04)** Encaminhar à CTIL a resolução 92 para análise e proposta de revisão
- 05)** Reenviar para Jorge, apresentação da PAAD - Oeste.
- 06)** Reenviar e-mail para comissão eleitoral do Oeste com cópia para a coordenação.
- 07)** Publicar a resolução aprovada nº 150 - PAAD
- 08)** Publicar a resolução aprovada nº 151 - Revisão do Indicador 3
- 09)** Publicar a resolução aprovada nº 152 - Requisitos para serviço de alimentação

Representantes Presentes - Titulares do Poder Público: Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA - Marcio Franco da Costa; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços do Rio de Janeiro – SEIDECS - André Luiz Medeiros de Souza; Conselho Regional de Biologia – CRBio 2ª Região - Valéria Lima Marques de Sousa; Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS - Luiz Constantino da Silva Junior e Humberto Yoshiharu Saito; Prefeitura de Belford Roxo - Defesa Civil - Roberto Ricardo da Silva Moura; Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN - Ricardo Lúcio Picanço Portugal; Prefeitura de



281 Nova Iguaçu Secretaria de Meio Ambiente - Frederico Ayres Pinheiro; Prefeitura de
282 Cachoeiras de Macacu – SEMA - João Alberto Antunes Ribeiro e Patrícia Nascimento
283 Pinto Santana; Prefeitura de São Gonçalo – SEMMA - Mariana Motta de Freitas;
284 Prefeitura de Tanguá - Elielson Teixeira da Silva; Prefeitura Municipal de Guapimirim
285 - Wander de Souza Dias Guerra; Fundação Rio Águas - Patrícia Ney de Montezuma.
286 **Titulares dos Usuários de Recursos Hídricos:** Águas de Niterói S.A. - Halphy
287 Cunha Rodrigues; Iate Clube do Rio de Janeiro - João Victor Lopes Zaruri; Associação
288 Homens do Mar da Baía de Guanabara - AHOMAR - Alexandre Anderson de Souza,
289 Edilene oliveira e Cintia Paulino Rodrigues; Sindicato dos Pescadores Profissionais,
290 Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro - SINDPESCA-RJ - Paulo
291 Raimundo Ferreira de Souza, Daize Menezes de Souza e Eliude Castro da Silva;
292 União dos Pescadores e Maricultores de São Gonçalo - UNIPESCA/SG - Aline da
293 Silva Santos; Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé -
294 ACAMM - Rafael Santos Pereira; Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga -
295 APELT - Delcio de Almeida Fonseca; Associação Livre dos Pescadores Artesanais de
296 Guia de Pacobaíba - ALPAGP - Michel Theophilo; Colônia de Pescadores Z11 -
297 Santelmo Rezende de Carvalho e Alvaro Coelho Revelo; Marina Barra Club - Liliane
298 Lusten Prohmann; Associação de Windsurf de Niterói – AWN - Gustavo Mello de
299 Souza Sardenberg; Associação de Pescadores da Praia das Pedrinhas -
300 APESCAPEDR - Carlos Luiz Espíndola da Veiga; Colônia de Pescadores Z13 - José
301 Manoel Pereira Rebouças. **Titulares da Sociedade Civil:** Ecocidade - Leandro
302 Travassos dos Santos; Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade - AMHC
303 - Adriana de Lima Bocaiuva; Associação dos Protetores do Mar - Andresse Maria
304 Gnoatto Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca –
305 CEFET - André Leone Riguetti; Defensores do Planeta - Mauro André Dos Santos
306 Pereira; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - SENGE-RJ - Jorge
307 Antônio da Silva e Milton Nazareno Ramos Neves; Associação de Preservação
308 Ambiental da Lagoa de Maricá – APALMA - Flávia Lanari Coelho; Conselho
309 Comunitário da Região Oceânica de Niterói - CCRON - Alexandre Carlos Braga; Paulo
310 Barone - Associação de Pescadores do Arquipélago de Paque Rede de
311 Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo Democrático e
312 Sustentável – REDECCAP - Rejany Ferreira dos Santos; Instituto Brasileiro de Direito
313 Ambiental - IBDA - Magno Neves Barbosa; Trama Ecológica - Jacqueline Guerreiro
314 Aguiar; Instituto de Inclusão Cultural e Tecnológica - Tecnoarte - Francisco Pontes de
315 Miranda Ferreira; Ecomarapendi - Vera Maria de Rossi Chevalier; Federação das
316 Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM Rio - Licínio
317 Machado; Instituto de Desenvolvimento Socioambiental e Humano – OngBR - Jayme
318 de Oliveira Filho; Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias
319 Hidrográficas – FONASC - Uiara Martins. **Representantes ausentes:** Instituto Chico
320 Mendes de Conservação da Biodiversidade - Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio



321 NGI Guanabara - Mauricio Barbosa Muniz e Breno Herrera da Silva Coelho; Fundação
322 Oswaldo Cruz – Fiocruz Mata Atlântica - Aliciane de Souza Peixoto e Priscilla
323 Magalhães Rodrigues Lisboa;; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural –
324 EMATER - Patricia de Almeida Giannini; Prefeitura de Magé – SMMA - Maria
325 Aparecida de Souza de Resende e Caíque Marchon da Costa Rocha; Prefeitura
326 Municipal de Itaboraí - Raoni Oliveira de Souza Cardoso e Maiara José Araújo dos
327 Santos; Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE - Sheila Barbosa Martins;
328 Águas do Rio 4 - Aline Félix Ferreira e Sinval de Andrade Filho; Águas do Rio 1 -
329 Simony Oliveira Dias e Marcelo de Pontes Cavaco; Associação Carioca de Turismo
330 de Aventura - ACTA - Fabio José Ribeiro do Nascimento; Instituto Federal Fluminense
331 - IFF - Campus Itaboraí - Rondinele de Oliveira Moutta e Luis Antonio Franca
332 Silva; Câmara Comunitária da Barra da Tijuca - CCBT - Eduardo Figueira e David Man
333 Wai Zee; Instituto Interamericano de Fomento à Educação, Cultura e Ciência - IFEC -
334 Martha Christina Lopes Pinho dos Anjos; Centro Ecumênico de Formação e Educação
335 Comunitária – PROFEC - José Carlos Dionizio; Associação de Moradores e Amigos
336 da Freguesia - AMAF - Débora Aranha e Tobias Marcondes de Carvalho Gomes.
337 Convidados: Alessandra Oliveira; Letícia Barbosa; José Arnaldo dos Anjos; José
338 Paulo Azevedo; Morvan Nobre. Secretaria Executiva (Agevap): Carolina Martins,
339 Henristoni Pinheiro, Jannyne Amorim, Marcos Filgueiras Jorge, Elias Inacia Rangel,
340 Henristoni de Souza Pinheiro, Samantha Silva Farias, Tânia Gonçalves Souza e Flávia
341 Martins de Oliveira

342

343

344

Rejany Ferreira dos Santos
Diretora Presidente do CBH-BG

